



**ATA DA 716ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIA AMPLIADA DO
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA,
REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO
DE 2022, EM JOÃO PESSOA-PB.**

PARTICIPANTES: Os economistas Antonio Corrêa de Lacerda – presidente; Paulo Dantas da Costa – vice-presidente; conselheiros federais: Antonio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Clovis Benoni Meurer, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, João Manoel Gonçalves Barbosa, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maurílio Procópio Gomes, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Roberto Polli Lobo, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva. Participaram, ainda, os conselheiros federais suplentes Carlos Magno Andrioli Bittencourt e Júlio Flávio Gameiro Miragaya. Participaram de forma virtual a conselheira federal Maria de Fátima Miranda. Presentes também os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: Flávia Vinhaes Santos, do Corecon-RJ; Pedro Afonso Gomes, do Corecon-SP; André Lima de Moraes, do Corecon-PE; Mario Jaime Gomes de Lima, do Corecon-RS; Eduardo André Cosentino, do Corecon-PR; Silvio José Martins Filho, do Corecon-SC; Roberto Carlos Quintela de Alcântara, do Corecon-PA/AP; Tania Cristina Teixeira, Corecon-MG; José Luiz Pagnussat, Corecon-DF; Marcus Anselmo da Cunha Evangelista, do Corecon-AM; João Carlos Souza Marques, do Corecon-MA; Saumíneo da Silva Nascimento, do Corecon-SE; Claudeci Pereira Neto, do Corecon-ES; Kerssia Preda Kamenach, do Corecon-GO; Paulo Salvatore Ponzini, do Corecon-MS; Francisco Nunes de Almeida, do Corecon-PB; Aldenir Gomes Paiva, do Corecon-AC; João Batista Teixeira de Aguiar, do Corecon-RO; Maria do Socorro Erculano de Lima, do Corecon-TO; e Fábio Rodrigues Martinez, do Corecon-RR. Presentes os vice-presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: Reinaldo Dantas Sampaio, do Corecon-BA; Cleydner Marques de Magalhães Maurício; do Corecon-AL; Fernando Tadeu de Miranda Borges, do Corecon-MT; Celso Pinto Mangueira, do Corecon-PB; e Kilmer Távora Teixeira, Corecon-PI. Presente o Conselheiro do Corecon-RN, Ricardo Valério Costa Menezes, em razão da impossibilidade do vice-presidente do Corecon-RN, Econ. Francisco de Assis Raimundo da Silva por motivos de saúde no dia da reunião plenária. A vice-presidente do Corecon-CE, Econ. Desirée Custódio Mota teve o seu voo alterado pela companhia aérea e ficou impedida de participar da reunião. Presentes, ainda, a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Ana Claudia Ramos Pinto, coordenadora; Renata



Reis Almeida, coordenadora de comunicação; Jane Lopes da Silva, Keliane Souza de Jesus e Rielisson Barbosa de Moura, assessores. (*áudio, manhã, 05.11.2022 - 00:01:50 – 3:48:50*)

1. Abertura da sessão plenária: às nove horas do dia 05 de novembro de 2022, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, realizou a abertura da sessão. *1.1. Justificativas de ausência e votação.* Econ. Gustavo Casseb Pessoti, presidente do Corecon-BA, representado pelo presidente Reinaldo Dantas Sampaio; Econ. Silvana Maria Parente Neiva Santos, presidente do Corecon-CE, representado pela vice-presidente Desirée Custódio Mota; Econ. Marcos Antônio Moreira Calheiros, presidente do Corecon-AL, representado pelo vice-presidente Cleydner Marques de Magalhães Maurício; Econ. Evaldo da Silva, presidente do Corecon-MT, representado pelo vice-presidente Fernando Tadeu de Miranda Borges; Econ. Candido Gabriel de Araújo, presidente do Corecon-RN, representado pelo vice-presidente Francisco de Assis Raimundo da Silva; e Econ. Valmir Martins Falcão Sobrinho, presidente do Corecon-PI, representado pelo vice-presidente Kilmer Távora Teixeira. Participam, pelo rodízio, os conselheiros federais suplentes Fabíola Andréa Leite de Paula e Paulo Hermance Paiva.

2. Andamento do Programa de Trabalho do Cofecon para 2022. 2.1. Informes dos Coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho. O presidente da Comissão de Tomada de Contas, econ. João Manoel Gonçalves Barbosa, informou que a comissão tem uma rotina de avaliação de relatórios contábeis e fiscalização das contas dos Conselhos Regionais de Economia e do Conselho Federal de Economia; o presidente da Comissão de Licitação, econ. Eduardo Rodrigues da Silva, informou que a comissão lida com aquisição de bens e serviços no Conselho Federal de Economia; o coordenador da Comissão de Política Econômica, econ. Fernando de Aquino Fonseca Neto, mencionou que a comissão presta assessoria sobre temas relacionados à política econômica, à conjuntura econômica e à temas econômicos no geral. A comissão realiza debates para tratar de temas específicos ou que estejam em pauta no Brasil e no mundo. Nas plenária do Cofecon são realizados debates com temas em pauta com emissão de nota técnica. O coordenador relatou sobre a realização do seminário dos assessores econômicos dos presidenciáveis, realizado no dia 15 de setembro de 2022, em Brasília-DF. A comissão pretende ampliar para abarcar os Conselhos Regionais na manifestação de temas de política econômica, bem como expandir as coletivas de imprensa. O presidente do Cofecon, econ. Antonio Corrêa de Lacerda, informou que foi realizado um compilado das notas técnicas em uma publicação inserida na pasta do SINCE e entregue aos assessores econômicos dos presidenciáveis durante o seminário realizado no dia 15 de setembro de 2022. O coordenador da comissão de Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativos,



econ. Antonio Corrêa de Lacerda, informou das participações em audiência pública juntamente com o Conselho Regional de Economia da 11ª Região – DF. Destacou que no dia 20 de setembro participou de reunião institucional que foi bastante produtiva com o presidente da Ordem dos Economistas de Portugal, em Lisboa/Portugal. Participou ainda, no dia 23 de setembro, de debate no evento Economia de Francisco e encontro com o Papa Francisco que, na ocasião, externou a sua visão de economia e uma economia humanitária voltada para o desenvolvimento do ser humano, em Assis, Itália. O coordenador da Comissão de Educação, econ. Carlos Alberto Safatle, comunicou a realização da XI Gincana Nacional de Economia, nos dias 03 e 04 de setembro, com a premiação no final do dia 04 de setembro. Ficando nos quatro primeiros lugares, os representantes do Ceará, Distrito Federal, Pernambuco e Piauí. O coordenador da Comissão de Comunicação, econ. Waldir Pereira Gomes, apresentou os informes na comissão, primeiramente informou que a nova revista Economistas, Ano XIII, nº 45 – Julho-Setembro de 2022 estava disponível nas pastas dos participantes do XXVII SINCE. Na sequência, apresentou o projeto descomplicando a Economia, falou ainda que há um drive com materiais produzidos pela Coordenação de Comunicação em atendimento aos diferentes projetos: Descomplicando a Economia, Eleições, Podcast Economistas, Gincana Nacional de Economia, entre outros. Assim, os Corecon têm à disposição todos os arquivos. O coordenador da Comissão de Governança, Econ. Clovis Benoni Meurer, abordou a importância da atualização do site dos Conselhos Regionais com os dados de Transparência, e ressaltou que o Cofecon sempre informa as pendências. Apresentou ainda esclarecimentos sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados na segurança das informações para que não haja exposição desnecessária. Falou sobre as carteiras que serão digitais e que a licitação está trabalhando nesse avanço tecnológico. Discorreu sobre o convênio para assinar com o Tribunal Regional Federal (TRF-04) para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos. Por fim, informou que o plenário do Cofecon aprovou uma verba destinada aos Conselhos Regionais para a modernização tecnológica e que até o momento, apenas 03(três) Conselhos Regionais apresentaram projeto de solicitação. O coordenador da Comissão de Normas e Legislação, econ. Paulo Dantas da Costa, informou que a comissão funciona com as demandas apresentadas pelo Sistema Cofecon/Corecons para inclusão, alteração ou exclusão de normas para atender o Sistema. Sobre a comissão de Reforma de Tributária, o coordenador Paulo Dantas da Costa, comentou que foi emitido à Câmara dos Deputados expediente que aborda o posicionamento do Cofecon em relação à reforma tributária, falou ainda que a Carta do XXVII SINCE, item “D”, trata da reforma tributária, nos seguintes termos: “Realizar reforma tributária que promova a simplificação, reduza a insegurança jurídica e institua a progressividade prevista na Constituição



Cidadã de 1988, particularmente com impostos sobre grandes patrimônios, em particular atualizar e melhorar a fiscalização do Imposto Territorial Rural, movimentações financeiras e lucros e dividendos distribuídos, este último com grande potencial arrecadatário, como uma das formas de financiamento das urgentes políticas sociais.” O coordenador da Comissão Fiscalização e Registro Profissional, econ. Paulo Roberto Polli Lobo, comentou que a comissão atuou com o prazo de 30(trinta) dias para análise, apreciação do plenário e devolução dos processos, bem como sanar as pendências e acúmulo de processos existentes. Trabalhou também na realização do treinamento de fiscais para os Conselhos Regionais de Economia. O coordenador da comissão Previdência Complementar do Economista, econ. Fernando de Aquino Fonseca Neto, falou sobre projeto que dará acesso ao fundo de previdência fechado ao economista. O Corecon-SP já tem esse convênio aplicado para os seus economistas registrados, que permite adesão aos demais economistas registrados em outros Conselhos Regionais. O presidente do Corecon-SP, econ. Pedro Afonso Gomes, explicou sobre o funcionamento do convênio com a VIVEST para os estudantes de economia e economistas. A coordenadora da Comissão de Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem, econ. Maria de Fátima Miranda, apresentou a comissão e aludiu que o objetivo da comissão é divulgar a profissão desse nicho de mercado e proporcionar a capacitação de economistas e estudantes. Informou que foram realizadas *lives* com participação dos Conselhos Regionais que divulgaram as experiências e mostraram o trabalho na área de perícia econômico-financeira, mediação e arbitragem. A comissão teve atuação na oficina de EaD do Cofecon com a professora Vilma Guimarães que abordou Perícia Previdenciária. A comissão teve participação no Enesul e no XXVII SINCE. Informou ainda sobre a realização do prêmio “Desafio quero ser Economista” voltado para os estudantes de ensino médio objetivando despertar o interesse para o curso de economia, o qual contou com 3789 (três mil setecentos e oitenta e nove) inscritos de todo o Brasil e com a contribuição e o apoio de todos os Conselhos Regionais de Economia. Por fim, comentou que está coordenando a Escola de Educação Continuada do Cofecon e que as atividades da oficina estão acontecendo ao longo deste exercício de 2022 com diversos temas que envolvem a economia. A coordenadora da Comissão Mulher Economista, econ. Mônica Beraldo Fabrício da Silva, informou a participação da comissão no Painel Mulher Economista no XXVII SINCE, bem como relatou sobre a última *live* da comissão em parceria com o Corecon-DF, na qual contou a participação de 5(cinco) economistas, sendo elas: Vilma Guimarães, Petula Ponciano, Luciana Acioly e Daniela Freddo, além da estudante de economia Julia Cardoso, para debate com o tema “Onde tem desenvolvimento, tem uma mulher economista”, realizado no dia 22 de agosto de 2022, pelo canal *youtube* do Cofecon. O coordenador da Comissão de Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil, econ. Wellington Leonardo da Silva, informou que a comissão coordena o Fórum



Nacional pela Redução da Desigualdade Social, composta por aproximadamente 30(trinta) entidades, que tem como função levar as informações mais importantes sobre o que está acontecendo na política, na sociedade e na economia. O Fórum produziu revistas, *lives*, *webinário* e, por último, produziu uma cartilha eleitoral com informações das votações mais importantes que impactam na sociedade. O coordenador da Comissão de Negociação Funcional, econ. Eduardo Rodrigues da Silva, informou sobre negociação funcional do Cofecon, comunicou que foram solicitados 03(três) pareceres jurídicos a fim de pauta as análises das cláusulas e por fim, foi emitida uma deliberação que dispõe sobre questões trabalhistas e reajuste das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários (PCS) e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos Cargos e Função de Livre Provimento do Cofecon, e não mais acordo coletivo de trabalho. O coordenador da Comissão Eleitoral, econ. Eduardo Rodrigues da Silva, comentou que tem muito apoio do corpo funcional do Cofecon no processo eleitoral sob sua coordenação, a contratação da empresa responsável eleição eletrônica ocorreu da melhor forma possível o que garantiu o êxito do processo licitatório. O coordenador da Comissão do XXVII SINCE, econ. Antonio Corrêa de Lacerda, informou que a comissão formada para a realização SINCE é composta pela comissão do Cofecon e a comissão local que está sediando o evento. Apresentou o site do XXVII SINCE, explicou que Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia acontece o SINCE e nos anos que são ímpares acontece o Congresso Brasileiro de Economia (CBE), que o último aconteceu em 2021 e não houve a candidatura para o próximo que deverá se realizar em 2023. Registrou que foi aprovado um aporte de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para o SINCE. Na plenária do final do XXVII SINCE foi aprovada a criação de uma comissão permanente que ficará responsável pela captação de recursos para esses eventos do Sistema Cofecon/Corecons. Por fim, encorajou os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia a apresentarem à candidatura. O coordenador do Grupo de Trabalho Estudar a Situação Patrimonial dos Corecons, Maurílio Procópio Gomes, apresentou um relato sucinto sobre o trabalho do grupo. O objetivo principal é identificar os Corecons que não têm sede própria e auxiliar na busca do imóvel. São 7 (sete) regionais que alugam o espaço: Alagoas, Paraíba, Piauí, Acre, Rondônia, Tocantins e Roraima. Esses Conselhos Regionais foram consultados e alguns manifestaram o interesse na aquisição de sede própria. Esclareceu que o contato deve ser feito no estado com a Superintendência Patrimonial da União (SPU) local, o qual apresenta as sedes da união que estão disponíveis. O coordenador informou que fará novo contato com esses Conselhos Regionais para saber o andamento das negociações entre o Conselho e o SPU local para a sede. O coordenador do Grupo de Trabalho Estatísticas Econômicas, Heric Santos Hossoé, informou que os dados estatísticos para o banco de dados estão disponibilizados até 2022 para pesquisa do Sistema Cofecon/Corecons. O próximo trabalho da comissão será produzir um formulário para avaliar



quais dados são importantes disponibilizar, além dos que estão no site. A coordenadora do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, esclareceu que o GT foi criado para levar principalmente para as universidades a responsabilidade social e a economia solidária por serem um campo crescente de trabalho e que conta com poucos economistas. Para divulgar e dinamizar essa área de conhecimento, estão sendo realizadas *lives* mensais com diversos temas que envolvam a responsabilidade social e a economia solidária. Além das *lives*, o Grupo de Trabalho está trabalhando no projeto de oficina EaD e ainda há o projeto Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas. O coordenador do Grupo de Trabalho Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecons, Antonio Corrêa de Lacerda, elucidou que o trabalho da comissão é atender as demandas dos Conselhos Regionais para a realização de concurso nacional que atenda às necessidades específicas de cada Corecon. A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, trouxe a informação de que o objeto de demanda do fórum dos presidentes foi analisado e com isso realizou-se consulta aos Conselhos Regionais sobre o interesse em aderir ao concurso e as vagas e os cadastro de reserva. Esses dados são importantes para a banca que será responsável pela seleção, e o resultado da consulta foi o seguinte: Corecons RJ, RS, BA, DF, TO e PB não aderem e os Corecons: SP, PR, SC, MG, MS, RN e RO aderem. Ainda faltam as respostas de 13 Corecons. Neste sentido, foi feito um apelo para responderem. O próximo passo será a contratação da banca e a publicação do edital. O coordenador do Grupo de Trabalho Corecon Jovem/Acadêmico, Eduardo Rodrigues da Silva, informou que foi elaborada minuta de regimento interno para o Corecon Jovem/Acadêmico, que será submetida à apreciação e aprovação, em breve os Conselhos Regionais receberão o regimento interno. O coordenador do Grupo de Trabalho Redução de Gastos do Conselho Federal de Economia, econ. Paulo Roberto Polli Lobo, comunicou que tem feito trabalho de antecipação das emissões de passagens aéreas para a economia e acompanhado outras despesas no Cofecon. O coordenador do Grupo de Trabalho Economista Empreendedor, econ. Lauro Chaves Neto, mencionou que o Grupo de Trabalho tem realizado atividades voltadas para disseminação e capacitação relacionados ao economista empreendedor, por meio de *lives* e debates. O coordenador do Grupo de Trabalho Articulações com o Inep, econ. Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, explicou que o grupo de trabalho surgiu em 2019 a partir de uma demanda do Corecon-SC. O Inep é uma autarquia de grande importância dentro do MEC. As mudanças de gestões acontecidas nos últimos tempos, influenciaram os trabalhos da autarquia e, por essa razão, não foi possível atuação do grupo de trabalho. Essa aproximação tem como objeto estabelecer os critérios de avaliação dos cursos de economia. Foi sugerido acrescentar nas articulações, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que é uma autarquia também vincula ao Ministério da Educação, em razão do orçamento e da sua importância no desenvolvimento da educação no Brasil, o que foi acatado. A



presidente do Corecon-MG, econ. Tania Cristina Araújo, sugere a atuação do Sistema Cofecon/Corecons na avaliação do Enad. O presidente do Corecon-DF, econ. José Luiz Pagnussat, colocou-se à disposição para atuar no grupo de trabalho. O coordenador do Grupo de Trabalho Migração Sistemas de Informática, econ. Eduardo Rodrigues da Silva, informou que há mais de um ano e seis meses houve a migração do sistema do Corecon-PR, e na sequência foram migrados outros 16(dezesseis) Conselhos Regionais. Informou também do treinamento de 9(nove) Conselhos Regionais: MG, MT, MS, PA/AP, PB, TO, PI, RN e MA, que entrarão em migração do sistema de informática no dia 14 de novembro. O Corecon-SP será migrado em janeiro de 2023, finalizando assim as migrações. Essa primeira etapa da migração foi muito trabalhosa, pois houve necessidade de articulações entre os Conselhos Regionais e a empresa BR Conselhos a fim de minimizar os atritos e conflitos inerentes à mudança de sistema. Algumas dificuldades pontuais estão sendo resolvidas com visitas *in loco* nos Corecons: GO, SC, DF, BA e RS. Entende que há melhorias a serem feitas e ações para o êxito da migração. Mencionou ainda que parte das dificuldades após o treinamento é falta de conhecimento e identificação dos itens que alteraram e qual mudança. Alertou sobre a necessidade de conhecimento do exposto no Ofício Circular nº 0125/2022/Cofecon, de 27 de outubro de 2022, que trata da importância de efetuar o provisionamento no orçamento de 2023 para rateio das despesas do novo Sistema Cadastral, Financeiro e de Fiscalização.

3. Proposições dos Conselhos Regionais de Economia. 3.1. Exposições dos Presidentes dos Corecons autores das proposições. O vice-presidente do Cofecon, econ. Paulo Dantas da Costa, conduziu o item, solicitando que os presidentes dos Conselhos Regionais apresentem as sugestões de pauta. O presidente do Corecon-PB, econ. Francisco Nunes de Almeida, informou que XXVII SINCE contou com 263(duzentos e sessenta e três) inscritos e 75(setenta e cinco) duplas de gincaneiros. Contou com apoio financeiro de 11(onze) Conselhos Regionais de Economia. A Uninassau cedeu os espaços como contrapartida, e na prestação de contas não poderá constar como contrapartida. Então, apresentou essa proposta de melhorias do SINCE a partir das experiências na organização de edição de 2022. O presidente do Cofecon, econ. Antonio Corrêa de Lacerda, elucidou que tratasse de questão regimental e legal o fato de não serem contemplados os espaços cedidos pela universidade, como contrapartida financeira. Entretanto, no ponto de vista da gestão estratégica é amplamente considerada como contrapartida e o tema será encaminhado para estudo. O coordenador do XXVII SINCE e vice-presidente do Corecon-PB, econ. Celso Pinto Mangueira, agradeceu o apoio e a presença de todos que contribuíram para o sucesso do evento. Informou que para a realização do XXVII SINCE contou com as experiências dos SINCEs realizados em Natal-RJ e Porto Velho-RO. Solicitou que fosse produzido



um manual de como operacionalizar os eventos do SINCE. Sugeriu como melhoria da Gincana Nacional de Economia, que o anfitrião ofereça a hospedagem, além da alimentação e traslado. Sugeriu ainda que houvesse um recesso nos dias do evento, a fim de que os participantes conheçam a cidade do evento. O presidente do Corecon-AM, econ. Marcus Anselmo da Cunha Evangelista, apresentou defesa sobre a implementação do clube de vantagens nacional, para proporcionar uma rede ampla de empresas que oferecem descontos aos registrados, maximizando a vantagem em estarem adimplentes com os Corecons. O clube de vantagem AM tem 52000 (cinquenta e duas mil) vidas conveniadas no estado. Esse clube de benefícios oferece para os economistas do Amazonas, 452 (quatrocentos e cinquenta e duas) empresas na área de saúde, 17(dezessete) na área de educação, 57(cinquenta e sete) diversas empresas incluindo postos de gasolina, farmácias, pet shop e outros. Sugere a adesão nacional com uma confecção de carteira para os beneficiários, pois a experiência no estado foi exitosa. O vice-presidente do Cofecon, Econ. Paulo Dantas da Costa, solicitou o envio de documento constando a proposta e as experiências para que o Cofecon possa analisar e sugerir ao Sistema Cofecon/Corecons aplicabilidade do convênio. O presidente do Corecon-RS, econ. Mario Jaime Gomes de Lima, apresentou sua defesa para aproximação da base curricular dos cursos de economia com as novas demandas do mercado para valorizar a profissão e aumentar a empregabilidade dos economistas. Informou que os economistas registrados no Conselho Regional de Economia da 4ª Região-RS são formados em faculdades privadas, há muitas faculdades privadas no estado que estão passando por crise porque os alunos não têm interesse em cursar economia, em razão da grade curricular. Nesse contexto, o mercado tem contado com economistas formados no curso de gestão financeira e não mais em economia. O curso de gestão financeira está crescente no estado, com isso os economistas estão parando de atuar em suas aéreas e como consequência diminuindo os registros. O Conselho Regional tem atuado no setor público para realização de concurso com vagas para os economistas. Ainda assim, o setor público tem contratado um número reduzido de economistas. Os coordenadores dos cursos de ciências econômicas alegam que ainda que seja trabalhado com 50% (cinquenta por cento) do currículo nas instituições de ensino, o Enade fará avaliação do rendimento dos concluintes dos cursos de economia que têm como base os conteúdos nacionais, que são de grande exigência de conhecimento. Com essa exigência muito elevada, os estudantes do ensino médio escolhem outros cursos. Então, sugere alteração significativa na base curricular ou flexibilização nas provas do Enade. O presidente do Cofecon, econ. Antonio Corrêa de Lacerda, informou ser um tema recorrente e foi objeto de discussão no XXVII SINCE. O coordenador da Comissão de Educação, econ. Eduardo Rodrigues da Silva, ratificou que o tema foi muito discutido no grupo 1 do XXVII



SINCE, e esclareceu que 50% do conteúdo do curso de economia é considerado de núcleos duros, igual em todo o Brasil, o que não acontece com os cursos de administração, contabilidade e outros. Na Associação Nacional dos Cursos de Graduação de Economia (ANGE), entendem que o mais importante é o profissional sair do curso de economia com boa formação teórica e sólida porque assim ele conseguirá abrir caminhos no mercado. Para valorização profissional há dois caminhos importantes: o primeiro a interação dos Conselhos Regionais com as instituições de ensino superior encaminhando algumas demandas específicas e o segundo é a formação sólida para o profissional economista. O conselheiro federal Waldir Pereira Gomes disse que o foco do Sistema Cofecon/Corecons é a profissão de economista. A presidente do Corecon-GO, econ. Kerssia Preda Kamenach, inicialmente pediu a retirada de pauta o item que trata do diálogo com a SPU e solicitou reavaliar o sistema da BRC que foi implantado, pois há uma grande dificuldade para analisar as despesas financeiras. Os dados são lançados manualmente, não consta a gestão de fluxo de caixa, relatório de gestão e despesas realizadas no sistema da BRC. Solicita verificar a possibilidade de incluir uma aba no sistema com esses dispositivos de controle financeiro. Outra questão, relatada sobre sistema da BRC, é a falta geração de relatórios de dívida ativa, que é feito manualmente. O sistema não tem opções de filtro, como por exemplo: selecionar as mulheres ou homens registrados, há apenas um filtro que é a situação do economista. No levantamento de dados para o SINCE, o sistema apresentou informações divergentes e o Corecon-GO ficou sem enviar o relatório para o SINCE. As notificações e certidões da dívida ativa são feitos manualmente. Em relação a aquisição de software para acompanhar os 500(quinhetos) processos executados judicialmente, pois o acompanhamento é feito manualmente por meio de planilha. O conselheiro federal econ. Eduardo Rodrigues da Silva informou que está trabalhando para a elaboração de curso que contará com módulo de fiscalização e módulo jurídico, e atenderá as demandas conforme forem surgindo. Informou que o lançamento da dívida ativa já está funcionando, mas os demais serão verificados e atendidos a contento. No que se refere a geração das anuidades de 2023, está sendo preparado um tutorial que será submetido aos Conselhos Regionais de Economia. O presidente do Corecon-PA/AP, econ. Roberto Carlos Quintela de Alcântara, apresentou sua defesa sobre as questões que envolvem registro profissional. Sobre o item 1 - Criação de procedimentos internos para cancelamento de registro de economistas em débito, considerando que ao cancelar o registro as obrigações pendentes de pagamento podem se tornar secundárias, solicitou a retirada. Item 2 - Negativa de renovação de carteira profissional em situações em que o economista possui débitos. O vice-presidente do Cofecon, econ. Paulo Dantas da Costa, informou que o item já consta no normativo. Item 3 – Anuidades parcelada provisoriamente em até 6 parcelas, considerando a crise econômica. Justifica que os economistas



registrados no estado possuem baixa remuneração, o parcelamento em até 6 vezes facilitaria para os economistas e para o Conselho que receberia a anuidade devida. O vice-presidente do Cofecon, econ. Paulo Dantas da Costa, comunicou que o item será encaminhado para estudo. A presidente do Corecon-MG, econ. Tania Cristina Teixeira, sugere a integração da modalidade de cobrança via protesto no sistema BRC, solicita o aprimoramento do sistema e o treinamento dos funcionários. O presidente do Corecon-ES, econ. Claudeci Pereira Neto, apresentou 3(três) sugestões de pauta, sendo 02(duas) referentes à fiscalização da profissão e 01(uma) sobre eleições. **Fiscalização da Profissão.** 1. Esforço para a conclusão do concurso para fiscal da profissão, que será de suma importância para a fiscalização e aumento da arrecadação. O item foi esclarecido pela superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, no que se refere a realização de concurso público nacional. 2. Esforço para a obtenção dos dados da RAIS identificada, o que facilitaria em muito a fiscalização. Esclareceu que a RAIS identificada é um convênio que havia entre o Cofecon e o Ministério do Trabalho e Emprego no fornecimento dos dados que auxiliava à fiscalização. O conselheiro federal econ. Wellington Leonardo da Silva informou que a RAIS não é atualizada e a alimentação dos dados do setor de recursos humanos que o profissional trabalha não é efetiva, podendo acarretar erro de executar o profissional errado. Sobre o item eleições, entende há necessidade de mudar a legislação, sugere a troca de terço de dois em dois anos e não anualmente como é hoje. Justifica que realizar eleição todo ano é muito desgastante e custoso. Além disso, a participação dos economistas é muito pequena, o que pode aumentar o desgaste de imagem. O vice-presidente do Cofecon, econ. Paulo Dantas da Costa, esclareceu que o tema foi discutido no grupo de trabalho do XXVII SINCE e já houve a conclusão. O presidente do Corecon-MS, econ. Paulo Salvatore Ponzini, apresentou sua defesa sobre o plano Coreconprev de modo que todo o Sistema pudesse usufruir dos seus benefícios e com isso dar liquidez para sua gestão. Esclareceu que o plano Coreconprev foi criado e administrado pelo Sebraeprev para atender Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, a adesão foi baixa e por sua vez, solicita apoio da Comissão de Trabalho Previdência Complementar do Economista para a implantação do Coreconprev. **3. Considerações e encaminhamentos.** Os encaminhamentos e considerações foram apreciados em cada item apresentados. O conselheiro regional do Corecon-RN econ. Ricardo Valério Costa Menezes informou que conversará com o Conselho sobre a possibilidade de lançar pré-candidatura para Congresso Brasileiro de Economia, mas dependerá da mudança de alguns requisitos. **4. Encerramento da reunião ampliada.** A reunião ampliada foi encerrada pela manhã. (áudio, tarde, 05.11.2022 - 3:49:07 – 5:47:47) **Continuação da 716ª Sessão Plenária Ampliada do Conselho Federal de Economia. 1. Expediente. 1.1. Ata da sessão plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da ata da 715ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de**



setembro de 2022; minuta enviada por meio de mensagem eletrônica aos conselheiros e disponibilizada em pasta virtual da plenária. Em votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

1.2. *Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;*

Participação em eventos: Presidente do Cofecon, econ. Antonio Corrêa de Lacerda. Na sequência, relacionou-se as participações do presidente do Cofecon: **20/09:** Participou de reunião institucional com o presidente da Ordem dos Economistas de Portugal, em Lisboa, Portugal; **23/09:** Participou como debatedor no evento Economia de Francisco, em mesa com o tema "Os caminhos para um novo pacto educativo e econômico: construindo pontes entre o centro e a periferia", em Assis, Itália; **05/10 a 06/10:** Participou como docente na VI Escola da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), no XV Encontro Internacional da AKB, em aula intitulada "Políticas econômicas para o desenvolvimento brasileiro", em Belo Horizonte-MG; **17/10:** Participou de reunião institucional com os diretores do Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro-RJ; **25/10:** Participou da 89ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon, na sede do Conselho Federal de Administração, em Brasília-DF. *Matérias e Entrevistas: Presidente Antonio Corrêa de Lacerda.*

Foram listados as matérias e entrevistas do Presidente do Cofecon, econ. Antonio Corrêa de Lacerda, sendo estes: **19/09:** Readensamento produtivo: o que é, porque é essencial. Artigo do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e da economista Cristina Fróes de Borja Reis publicado no portal Outras Palavras; **27/09:** Economistas rebatem 'farsa': quem quebrou o Brasil não foi o PT, mas quem veio depois. Presidente do Cofecon fala à Rede Brasil Atual sobre o livro Crescer e distribuir é possível; **02/10:** De olho no voto - Apurações 1º turno das eleições Presidenciais. O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou no domingo (02) do programa De Olho no Voto, veiculado pela TV Cultura durante a apuração dos votos em todo o Brasil; **4/10:** Cadê a indústria e o emprego? O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, falou à revista do Conselho Federal de Administração sobre o cenário atual de desindustrialização; **7/10:** IPCA e Índices de Inflação: o que são e para que servem? O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, fala sobre o tema ao portal Politize; **16/10:** Estado e mercado têm o desafio de superar a semiestagnação juntos. O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, em artigo de opinião publicado no jornal O Estado de S. Paulo; **22/10:** O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, falou ao portal Jornal da Paraíba sobre o SINCE. *Matérias e Entrevistas: Cofecon e Conselheiros federais.* A seguir relação de matérias e entrevistas: Cofecon e Conselheiros federais: **19/09:** Redução da Desigualdade e Cotas. Artigo do conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo; **20/09:** Faturamento da indústria avança em Minas Gerais. O conselheiro federal Carlos Eduardo de Oliveira Jr. fala ao Site Barra sobre como esse crescimento contribui para a expansão da economia do estado mineiro;



385 **23/09:** Os três pilares para a política macroeconômica do próximo governo. Conselheiro Fernando
386 de Aquino em artigo publicado na CartaCapital; **29/09:** Prévia da inflação: gasolina faz índice
387 recuar pelo 2º mês. Conselheira Ana Claudia Arruda fala à Agência RádioWeb sobre a queda no
388 IPCA-15; **29/09:** Bahia é o quarto estado do país em número de inadimplentes. Para o conselheiro
389 federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo Pessoti, um dos motivos que fazem o cartão de
390 crédito ser o grande vilão dos endividamentos é a falsa noção de que muitas pessoas têm de que
391 ele é um complemento de renda. A matéria foi publicada no Correio 24 horas; **02/10:** A
392 conselheira federal Ana Claudia Arruda foi entrevistada pela agência Radioweb sobre a cobertura
393 das eleições e abordou as prioridades econômicas do vencedor da eleição presidencial deste ano,
394 que terá mandato entre 2023 e 2026; **04/10:** A conselheira Ana Claudia Arruda falou à rádio CBN
395 Recife em matéria abordando a quantidade de pedidos de demissão realizados em agosto; **05/10:**
396 Banco Central: fatura simplificada pode ajudar a evitar endividamento. Conselheiro federal
397 Fernando de Aquino fala em matéria da Rede CNT que um outro tipo de layout facilitaria o
398 entendimento da operação por parte dos clientes; **8/10:** O conselheiro federal e presidente do
399 Corecon-BA, Gustavo Casseb, avalia, na Folha de S. Paulo, que a economia nordestina já vinha
400 em dificuldades antes da pandemia. Na década passada, lembra, a atividade sentiu os reflexos de
401 fenômenos como crises hídricas. O quadro local, acrescenta, também é marcado pelo alto nível
402 de informalidade; **11/10:** Conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica
403 do Cofecon, Fernando de Aquino, fala ao Jornal da RIT TV sobre empréstimo consignado do
404 Auxílio Brasil; **11/10:** O economista e conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon),
405 Fernando de Aquino, explica em entrevista ao portal Brasil 61 como bandeira verde afeta a conta
406 de luz que chega aos consumidores finais; **17/10:** O conselheiro federal Lauro Chaves Neto
407 publicou o artigo Juro real e crescimento no jornal O Povo; **20/10:** Inflação dos alimentos é a
408 maior desde o início do Plano Real. O conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo
409 Pessoti, explica os fatores que contribuem para esse cenário à Agência RádioWeb; **22/10:** Legado
410 do paraibano Celso Furtado será discutido em evento de economistas em João Pessoa. Matéria do
411 Jornal da Paraíba divulga evento realizado pelo Sistema Cofecon/Corecons. **29/10:** Legado do
412 paraibano Celso Furtado será discutido em evento de economistas em João Pessoa. Matéria do
413 Jornal da Paraíba divulga evento realizado pelo Sistema Cofecon/Corecons. *1.3.*
414 *Correspondências relevantes;* a relação de correspondências recebidas e enviadas foram
415 disponibilizadas por mensagem eletrônica aos conselheiros federais e disponibilizada
416 na pasta virtual dessa plenária. Não houve observação. *1.4. Informes dos conselheiros*
417 *federais.* O conselheiro federal Lauro Chaves Neto comunicou que os alunos ganhadores
418 em 1º lugar da XI Gincana Nacional de Economia são do curso de finanças, curso esse
419 aprovado pelo Cofecon. Sugeriu realizar um café da manhã com os parlamentares



economistas eleitos. O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva apresentou sua satisfação em participar deste plenária, agradeceu e parabenizou o empenho na organização do XXVII SINCE. O conselheiro federal Wellington Leonardo da Silva sugeriu incluir na pauta uma discussão sobre a situação do sistema BRC. **2. Processos Administrativos e Contábeis.** 2.1. Processos Contábeis. O presidente da comissão de tomada de contas do Cofecon, econ. João Manoel Gonçalves Barbosa, apresentou para homologação os balancetes trimestrais dos Conselhos Regionais e Federal de Economia, sendo eles: Processo: - 20.109/2022 (Corecon-CE), Balancete 1º Trimestre 2020 com ressalvas; - Processo: 20.110/2022 (Corecon-CE), Balancete 2º Trimestre 2020 com ressalvas; - Processo: 20.113/2022 (Corecon-CE), Balancete 3º Trimestre 2020 com ressalvas; - Processo: 20.116/2022 (Corecon-CE), Balancete 1º Trimestre 2021 com ressalvas; - Processo: 20.117/2022 (Corecon-CE), Balancete 2º Trimestre 2021 com ressalvas; Processo: 20.118/2022 (Corecon-CE), Balancete 3º Trimestre 2021 com ressalvas; - Processo: 20.190/2022 (Corecon-SE), Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.203/2022 (Corecon-SP), Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.208/2022 (Corecon-AC); Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.209/2022 (Corecon-MS), Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.233/2022 (Corecon-PA/AP), Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; Processo: 20.240/2022 (Corecon-DF), Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.241/2022 (Corecon-DF), Balancete 1º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.248/2022 (Corecon-ES), Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.255/2022 (Cofecon), Balancete 3º Trimestre 2022 sem ressalvas; - Processo: 20.260/2022 (Corecon-GO); Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas; - Processo: 20.265/2022 (Corecon-PR), Balancete 2º Trimestre 2022 com ressalvas. Os processos foram colocados em votação, aprovados por maioria. Abstenção da conselheira federal econ. Maria Auxiliadora Sobral Feitosa. O conselheiro federal e membro da Comissão de Tomadas de Contas econ. Paulo Roberto Polli Lobo apresentou para homologação, proposta orçamentárias dos Conselhos Regionais e Federal de Economia, tais quais: Processo: 20.120/2022 (Corecon-CE); Proposta Orçamentária de 2022 com ressalvas; - Processo: 20.142/2022 (Corecon-AM), Proposta Orçamentária de 2022 com ressalvas e Processo: 20.254/2022 (Cofecon), Proposta Orçamentária de 2023 sem ressalvas. A seguir, apresentou para homologação das reformulações orçamentárias dos Conselhos Regionais e Federal de Economia listados abaixo: - Processo: 20.253/2022 (Cofecon), Reformulação Orçamentária 2022 sem ressalvas; - Processo: 20.259/2022 (Corecon-RN), Reformulação Orçamentária 2022 sem ressalvas e Processo: 20.264/2022 (Corecon-PR), Reformulação Orçamentária 2022 sem ressalvas. Os processos foram colocados em votação, aprovados por maioria. Abstenção da conselheira federal econ. Maria Auxiliadora Sobral Feitosa. O conselheiro federal e membro da



455 Comissão e Tomadas de Contas econ. Maurílio Procópio Gomes relatou os processos contábeis
456 relacionados às prestações de contas dos Conselhos Regionais de Economia foram
457 apresentadas para homologação: - Processo: 20.114/2022 (Corecon-CE), Prestação de Contas
458 de 2020; - Processo: 20.119/2022 (Corecon-CE), Prestação de Contas de 2021; - Processo:
459 20.127/2022 (Corecon-GO), Prestação de Contas de 2021; - Processo: 20.143/2022 (Corecon-
460 AM), Prestação de Contas de 2021. Todos os processos com ressalvas, entrega fora do prazo. Na
461 sequência apresentou para homologação as Prestações de Contas de Auxílios Financeiros dos
462 Conselhos Regionais e de Terceiros listados abaixo: - Processo: 19.973/2022 (SEP), Evento:
463 XXVII Encontro Nacional, Valor R\$ 8.000,00(oito mil reais); - Processo: 20.123/2022 (Corecon-
464 RS), Evento: IV Encontro de Economia RS. Valor R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais);
465 Processo: 20.040/2022 (Corecon-AL), Evento: X Prêmio Estudante de Economia, Valor R\$
466 3.000,00 (três mil reais); Processo: 20.102/2022 (Corecon-ES), Evento: XXVII Prêmio de
467 Economia ES, Valor R\$ 3.000,00 (três mil reais); Processo: 20.123/2022 (Corecon-RS), Evento:
468 IV Encontro de Economia RS, Valor R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais); - Processo:
469 20.129/2022 (Corecon-SC), Evento: XVI Encontro de Econ. da Região Sul, Valor R\$ 6.500,00
470 (seis mil e quinhentos reais); e Processo: 20.216/2022 (Corecon-PA/AP), Evento: Prêmio
471 Monografia A. Corrêa Pinto, Valor R\$ 3.000,00 (três mil reais). Os processos foram colocados
472 em votação, aprovados por maioria. Abstenção da conselheira federal econ. Maria Auxiliadora
473 Sobral Feitosa. Por fim, o presidente da comissão de tomada de contas, econ. João Manoel
474 Gonçalves Barbosa, informou que foi colocado nas pastas consolidado de receitas e despesas e
475 informação do valor da dívida ativa no valor de R\$ 76. 651,949, 64 (setenta e seis milhões,
476 seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

477 *2.2. Processos Administrativos; 2.2.1. Processos de Registro Profissional.* O
478 coordenador da Comissão de fiscalização e registro profissional, econ. Paulo Roberto
479 Polli Lobo solicitou a retirada de pauta o processo: 20.167/2022(Corecon-RJ),
480 interessado: Edson Ferreira de Souza Filho, recurso: cancelamento de registro. Logo
481 após, apresentou os processos com recurso conhecido e não provido de cancelamento
482 de registro, sendo estes: - Processo: 20.166/2022 (Corecon-RJ), Interessada: Natália Gralato
483 Santos; - Processo: 20.234/2022 (Corecon-RJ), Interessado: Alexandre Souza Rodrigues da
484 Cunha; - Processo: 20.171/2022 (Corecon-SP), Interessado: Pedro Ernesto Rocco de Almeida; -
485 Processo: 20.172/2022 (Corecon-SP), Processo: 20.172/2022 (Corecon-SP); Interessada:
486 Fernanda Prado Junqueira Franco; - Processo: 20.168/2022 (Corecon-SP), Interessada: Ricardo
487 Brunetto Tancredi; - Processo: 20.170/2022 (Corecon-SP), Interessada: Ana Flávia Brescia
488 Gregori; - Processo: 20.164/2022 (Corecon-SP), Interessado: Rodolfo Henrique Stemmer Petrait;
489 - Processo: 20.162/2022 (Corecon-SP), Interessado: Ronaldo José de Gois; - Processo:



490 20.157/2022 (Corecon-SP), Interessada: Pravalier S.A.; - Processo: 20.161/2022 (Corecon-SP),
491 Interessado: Paulo Eduardo Nunes Ferreira; - Processo: 20.156/2022 (Corecon-SP), Interessada:
492 Kaduna Consultoria e Participações Ltda; - Processo: 20.159/2022 (Corecon-SP), Interessada: FD
493 Invest. Consul. e Adm, de Val. Mobiliários; - Processo: 20.160/2022 (Corecon-SP), Interessada:
494 Brio Investimentos Ltda; - Processo: 20.158/2022 (Corecon-SP), Interessada: Cartesia
495 Investimentos e Gestão de Recursos Ltda; e Processo: 20.173/2022 (Corecon-SP), Interessada:
496 MJM Consultoria Empresarial Ltda. Na sequência, apresentou o processo: 20.210/2022
497 (Corecon-RJ), Interessada: Candida Meyohas Alves, recurso conhecido e provido de suspensão
498 de registro. Em votação, aprovado por maioria. Abstenção do conselheiro federal econ.
499 Wellington Leonardo da Silva em relação aos processos do Conselho Regional de Economia da
500 1ª Região – RJ. 2.2.2. *Processos de Auxílio Financeiro*. O conselheiro federal econ.
501 Carlos Alberto Safatle relatou o pedido de apoio financeiro referente ao Processo:
502 20.263/2022 (Corecon-PR), Auxílio Financeiro: Prêmio Paraná de Economia, Valor: R\$ 2.500,00
503 (dois mil e quinhentos reais). O relator apresentou parecer favorável nos seguintes termos: “O
504 Processo formaliza a solicitação de apoio financeiro no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e
505 quinhentos reais) e apresenta a documentação para esta aquisição, conforme o regimento do
506 Capítulo 7 da Consolidação da Profissão. O parecer Contábil informa que o Regional se
507 encontrava adimplente junto ao Cofecon, e que há saldo orçamentário e financeiro para custear a
508 despesa. O Parecer Jurídico nº 080/2022 do Cofecon sugere pela possibilidade da concessão do
509 apoio financeiro, tendo em vista a regularidade do Corecon e da documentação apresentada”.
510 Nesse contexto, votou pela concessão do pleito o que foi colocado em votação e aprovado por
511 unanimidade. 2.2.3. *Processos de Modernização Tecnológica*. O relator e coordenador
512 da Comissão de Governança: Planejamento Estratégico, Transparência e LGPD, econ.
513 Clovis Benoni Meurer, apresentou os seguintes auxílios financeiros com o parecer
514 favorável com apoio técnico e financeiros aos seguintes processos: - Processo:
515 20.256/2022 (Corecon-RN), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, valor R\$
516 8.038,56; Processo: 20.262/2022 (Corecon-TO), Auxílio Financeiro: Modernização
517 Tecnológica, Valor: R\$ 9.000,00 e Processo: 20.261/2022 (Corecon-MA), Auxílio
518 Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor: R\$ 9.000,00. Os processos foram
519 colocados em votação e aprovado por unanimidade. **3. Ordem do Dia. 3.1. Decisão Ad**
520 *Referendum do Plenário: Deliberação nº 5.012, de 24 de outubro de 2022.*
521 *Homologação dos resultados do XXVIII Prêmio Brasil de Economia*. O presidente do
522 Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, apresentou a deliberação da premiação e
523 informou que a entrega dos prêmios do XXVIII PBE aconteceu na abertura do XXVII
524 SINCE. 3.2. *Relatório Preliminar do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de*



Economia - SINCE (Processo nº 20.5057/2022); o relator e conselheiro federal, econ. Wellington Leonardo da Silva, efetuou a leitura do relatório preliminar do XXVII SINCE, nos seguintes termos: “Na tarde desta sexta-feira (04) foi realizada a plenária final do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), com a participação de economistas de todo o país. O evento, que não acontecia há quatro anos, contou com debates sobre formação e mercado de trabalho do economista, aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons e estrutura e conjuntura econômica, política e social do Brasil. Entre as providências, estão o estudo de cada uma das propostas e a definição das ações necessárias para a realizá-las, bem como a análise da legislação pertinente. A mesa do evento foi composta pelos economistas Antonio Corrêa de Lacerda (presidente do Cofecon), Paulo Dantas da Costa (secretário-geral do SINCE), Francisco Nunes (presidente do Corecon-PB), Celso Mangueira (coordenador do SINCE) e Wellington Leonardo da Silva (relator-geral do SINCE). Grupo 1: Formação e mercado de trabalho do economista. O relator do grupo foi o conselheiro federal Carlos Magno Andrioli Bittencourt e as propostas trazidas pelo grupo e aprovadas pelo plenário foram as seguintes: - rebranding da marca economistas e advocacy, reservando recursos financeiros do orçamento dos Regionais e do Federal para isso, em percentual fixado pelo Cofecon. (unânime); - diálogo com os responsáveis pelo ensino médio e fundamental, em instituições públicas e privadas, visando a introdução da disciplina educação financeira no currículo para todos os alunos matriculados no Brasil. (unânime); - promover ações institucionais no sentido de garantir participação prioritária dos economistas no ensino da educação financeira nas escolas de todo o país. (unânime); - educação financeira na rede de Educação Básica. (unânime); - participação efetiva do Sistema Cofecon/Corecons na Semana Nacional de Educação Financeira, promovida pelo Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF; - dialogo com as instituições de ensino superior, para incluir nos currículos dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e em suas extensões disciplinas que respondam às exigências imediatas do mercado em que vai se inserir o novo economista, como, por exemplo, consultoria, perícia, avaliação, reestruturação e recuperação de empresas, finanças e orçamento público. (maioria); - atualização dos cursos de graduação e pós-graduação em economia. (maioria); - maior articulação com as IES e órgãos como a ANGE e ANPEC, no sentido de aumentar a demanda pelo curso de economia, com vistas ao exercício das atividades profissionais previstas na Lei do Economista. (unânime); - sugerir a inclusão da disciplina de perícia econômico-financeira nos cursos de graduação. (maioria); - atualização e adequação da estrutura curricular dos cursos de Ciências Econômicas às exigências e modernização do mercado de trabalho para o economista, com a inclusão de temáticas essenciais, tais como: ferramentas de análise de dados, avaliação de políticas públicas, perícia econômico-financeira, finanças pessoais e economia doméstica, elaboração de projetos de viabilidade econômica e valuation, entre outros. (maioria); - atualização do Código de Ética do Economista e da regulamentação da atividade de perícia e inclusão de normativos de outras modalidades e adoção de certificações por especialidade. (unânime); - retomada da discussão do Projeto de Lei para a profissão do Economista. (unânime); - especificação dos campos de trabalho dos mestres e doutores em economia, cujo registro no Sistema Cofecon/Corecons foi recentemente aprovado, de forma que estes possam exercer, além das atividades objeto de sua formação, aquelas compartilhadas



com profissionais da área de contabilidade e administração (área cinzenta), mantendo as atividades privativas restritas aos economistas. (unânime); - especificação dos campos de trabalho dos profissionais graduados, a nível bacharelado, em relações econômicas internacionais, finanças e outras áreas aprovadas pela legislação do Cofecon, cujo registro no sistema Cofecon/Corecons é facultativo, de forma que estes apenas possam exercer atividades não privativas do economista, como aquelas compartilhadas com profissionais da área de contabilidade e administração, mantendo as atividades privativas restritas aos economistas. (unânime); - preocupação com a saúde mental dos profissionais economistas, notadamente os que atuam na área de perícia econômico-financeira. (unânime); - fiscalização, por parte do Sistema, dos trabalhos profissionais tipificados como de economistas, exercidos nos bancos. (unânime); - exigência de responsabilidade técnica de profissional economista na apresentação de projeto de viabilidade econômica. (unânime); - estudo de inteligência de mercado do profissional economista. (unânime); - articulação para proposta criação de Lei Federal, nos moldes da Lei Distrital nº 5.422, de 2014. (unânime); - inclusão do cargo de economista como carreira de Estado no âmbito do setor público; - apoio Institucional na reestruturação da carreira do economista da ANM para alinhamento com as demais agências reguladoras. (unânime); - implantar cursos de aperfeiçoamento e especialização na modalidade EAD, nas áreas de mercado financeiro, bolsa de valores e consultoria econômico-financeira empresarial e finanças Pessoais, aperfeiçoando à formação dos profissionais em ciências Econômicas, oportunizando a melhor inserção profissional dos economistas no mercado de trabalho. (unânime); - projeto Economista na Prefeitura, com objetivo de auxiliar as gestões municipais no diagnóstico, na elaboração de projetos econômicos e, assim, ampliar o mercado de trabalho do economista. (unânime); - criação de um Grupo de Trabalho Nacional para definir o piso nacional mínimo para o profissional de economia para os setores públicos (1) e para empresas e contratos temporários de trabalho, pesquisa e outros (2). (maioria); - realização de um Seminário Nacional para discutir a criação de uma plataforma unificada dos cursos de perícia econômico-financeira com certificação do Sistema Cofecon/Corecons e inclusão de disciplina de perícia econômico-financeira na grade curricular dos cursos de graduação/bacharelado em Economia/Ciências Econômicas. (unânime); e - estimular a ampliação da atuação dos Núcleos de Perícias. (unânime). Grupo 2: Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons. A relatora do Grupo 2 foi a presidente do Corecon-RJ, Flávia Vinhaes, e as propostas discutidas e aprovadas no grupo e que passaram pela plenária final do XXVII SINCE foram as seguintes: - inclusão de treinamento para os gerentes de todos os Regionais sobre a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021. (unânime); - dada a complexidade implicada nos processos de implantação do novo sistema de gestão, fiscal e financeiro, propomos sejam providenciados processos de treinamentos continuados, tal qual prevê a legislação, de modo a capacitar o número reduzido de servidores dos Conselhos menores para que consigam promover um atendimento mais adequado aos profissionais de economia, às mídias, à academia, aos empresários, aos órgãos públicos e, principalmente, à sociedade. (unânime); - CBE e SINCE. Autossustentação financeira dos eventos nacionais de maior porte. Constituição de Comitê de Arrecadação de Fundos cerca de dois anos antes da data prevista para o evento. (unânime); - revisão dos critérios de criação e manutenção de Delegacias Regionais de Corecons. (maioria); - revisão das normas sobre registro de



601 *peças jurídicas, para adaptá-las à essência da Lei 6.839/1980 e ao entendimento consolidado dos*
602 *tribunais a respeito. (maioria); - condicionar o Registro Ativo com Desconto não aos critérios atuais, mas*
603 *sim à aposentadoria. (maioria); - discutir estratégias unificadas para maior aproximação do Sistema*
604 *Cofecon/Corecons com os Diretórios Acadêmicos dos cursos de graduação em Economia/Ciências*
605 *Econômicas e fortalecimento da atuação dos Corecons Acadêmicos, bem como do vínculo com as*
606 *instituições de ensino superior. (maioria); - criação de um Grupo de Trabalho para estudar a possibilidade*
607 *de realização das eleições com periodicidade trienal no sistema Cofecon/Corecons. (unânime); -*
608 *negociação, junto ao Banco do Brasil, por parte do Sistema Cofecon/Corecons como um todo, visando a*
609 *redução de taxas e tarifas bancárias para os Conselhos. (unânime); e que o Cofecon promova o incentivo*
610 *institucional para criar com Corecons em todo o Brasil, a Cooperativa Nacional de Crédito do Economista.*
611 *(maioria). Grupo 3: Estrutura e conjuntura econômica, política e social do Brasil. O relator do Grupo de*
612 *Trabalho foi o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto, coordenador da Comissão de*
613 *Política Econômica do Cofecon, e ele apresentou a proposta de carta discutida no grupo, bem como ouviu*
614 *as sugestões apresentadas pelos economistas presentes à plenária final do XXVII SINCE. Carta de João*
615 *Pessoa - Desafios para a reconstrução do Brasil. 3.3. Composição do Congresso Nacional 2023:*
616 *Deputados Federais e Senadores. O presidente do cofecon, econ. Antonio Corrêa de*
617 *Lacerda, informou que foi colocado nas pastas a composição do Congresso Nacional*
618 *2023 e sugeriu mapear o perfil dos novos parlamentares, quantos são economistas e*
619 *quais são próximos ao Sistema Cofecon/Corecons. Submeteu ao plenário a proposição*
620 *do conselheiro federal econ. Lauro Chaves Neto a realização de café da manhã com os*
621 *economistas parlamentares. A conselheira federal econ. Fabíola Andréa Leite de Paula*
622 *sugeriu realizar reunião com parlamentares ligados aos Sistema Cofecon/Corecons,*
623 *mesmo que não sejam economistas. O conselheiro federal econ. Wellington Leonardo*
624 *da Silva avalia a importância de que seja criado um grupo de trabalho em 2023, voltado*
625 *para tratar do relacionamento com o Congresso Nacional e ainda atuação em uma frente*
626 *parlamentar. O vice-presidente do Cofecon, econ. Paulo Dantas da Costa, sugeriu*
627 *aproximação com os profissionais que têm correlação com os profissionais economistas,*
628 *ou seja, contadores e administradores. A conselheira federal econ. Mônica Beraldo*
629 *Fabício da Silva sugeriu aproximação também com os profissionais engenheiros. O*
630 *conselheiro federal econ. Paulo Roberto Polli Lobo recomenda uma reunião com os*
631 *líderes partidários para sensibilizar os parlamentares em favor dos economistas. Por*
632 *fim, o presidente do Cofecon, econ. Antonio Corrêa de Lacerda, apresentou a proposta*
633 *de encaminhamento de aprofundar relacionamento com os parlamentares nos seguintes*
634 *estágios: 1 - parlamentares economistas; 2 – parlamentares não economistas, mas com*
635 *afinidade política para formação de uma frente parlamentar; 3 – e dialogar onde há o*
636 *foco do poder político. Realizar essa ação em 2023 em paralelo dialogar com as*



profissões análogas aos economistas. Aprovado por unanimidade a proposta de recomendação da plenária. **4. Outros Assuntos. Inclusão do item de pauta. Situação migração do sistema BRConselhos.** Com a palavra, o conselheiro federal econ. Wellington Leonardo da Silva levantou 3(três) problemas envolvendo o sistema da BRConselhos: 1º toda migração haverá problemas de adaptação, trata-se a seu ver de questão estrutural na mudança de sistema; 2ª dificuldade do funcionário para acessar o nosso sistema; 3º no seu ponto vista, a BRConselhos tem uma falha com o chamado “Ticket”. Citou exemplo da dificuldade que teve em emitir as execuções fiscais, que levou em 3(três) meses e a advogada do Corecon-RJ entrou com processo judicial no último dia. Não conseguindo gerar a numeração livro de certidão da dívida ativa, a informação veio trocada, pois o livro é a prova que registrou o débito antes da execução judicial. O sistema não identifica os lançamentos nos pagamentos realizados para a devida baixa. Sugeriu que o conselheiro federal econ. Clovis Benoni Meurer auxilie nessa questão. O conselheiro federal econ. Eduardo Rodrigues da Silva informou que a assessora do Cofecon Keliane Souza de Jesus está à frente da migração do sistema BRConselhos. Informou que há cerca de dois anos, a empresa contratada foi absorvida por outra empresa de grande porte. Depois houve mudança de recursos humanos da empresa, ou seja, alterou a equipe que estava trabalhando com a migração. Comunicou que o trabalho com essa migração é transparente, sempre cientificando o plenário da situação e das dificuldades existentes. Reconhece que houve uma evolução nesse processo de migração. A assessora do Cofecon Keliane Souza de Jesus informou que anotou todas as falhas levantadas para o conselheiro federal econ. Wellington Leonardo da Silva. Noticiou a dificuldade de realizar os treinamentos com os funcionários do Sistema Cofecon/Corecons via plataforma *zoom*, muitos não participaram do treinamento. Alguns funcionários se negam acionar o suporte e abrir “ticket”, solicitando que o Cofecon o faça. O suporte da BRC conselhos funciona via *skype* 8 horas por dia. Entende que a migração é complexa e complicada, pois o sistema é totalmente diferente do que havia anteriormente, mas há necessidade de que haja o comprometimento de todos os funcionários do Sistema Cofecon/Corecons. Mencionou que não tinha conhecimento sobre a situação da baixa de pagamento que não está sendo identificado, colocou à disposição para entender o que está acontecendo e ajudar no que for necessário. O conselheiro federal econ. Wellington Leonardo da Silva sugeriu que os presidentes dos Conselhos Regionais sejam avisados quando o funcionário não participar dos treinamentos. O conselheiro federal econ. Paulo Roberto Polli Lobo sugeriu realizar visita in loco nos Conselhos Regionais que estejam com dificuldade com o sistema. No Corecon-SC houve a visita da BRConselhos que foi bastante produtiva. O conselheiro federal econ. Eduardo Rodrigues da Silva informou que a maior parte dos “Tickets” emitidos são informações que o profissional dos Conselhos Regionais não apreendeu no treinamento ou não estava presente. Relatou ainda que o treinamento está sendo



realizado duas vezes no dia, o mesmo treinamento pela manhã e à tarde. A conselheira federal econ. Fabíola Andréa Leite de Paula solicitou informação do que é “Ticket”, por sua vez, a assessora do Cofecon, Keliane Souza de Jesus esclareceu que a BRConselhos tem um sistema chamado Gest que permite emitir o “Ticket” que são demandas e solicitações dos usuários. O “ticket” é uma abertura de chamado ou ocorrência. O presidente do Cofecon, econ. Antonio Corrêa de Lacerda, disse que a partir dos relatos apresentados, constatou que há 03(três) problemas, sendo eles: 1) relacionamento com o fornecedor, aparentemente a empresa não está entregando o que foi contratado; 2) questões de ordem técnica operacional de entendimento do processo de forma que o fornecedor possa atender a contento; e 3) envolvimento do Sistema Cofecon/Corecons que nem sempre há comprometimento e engajamento necessário de alguns Conselhos Regionais no treinamento ou no atendimento das demandas para que possa fluir a utilização do sistema. Análogo a essa situação, existe um déficit de gestão no processo. Entende ser necessário e importante o aprimoramento do sistema de gestão. O desafio é harmonizar o processo de migração do sistema BRConselhos. **5. Encerramento.** O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, agradeceu a presença de todos e, às 17h45, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo presidente da Sessão. João Pessoa, cinco de novembro de dois mil e vinte e dois.

Econ. Antonio Corrêa de Lacerda

Presidente do Cofecon

Jane Lopes da Silva

Secretária *ad hoc*